

PRÁTICAS DISCURSIVAS E A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER

Carolaine Camargo Silva ¹George Moraes de Luiz ²

RESUMO

O presente relato de experiência é um recorte de uma pesquisa de dissertação de Mestrado, em andamento, afiliada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). O escopo é analisar as práticas discursivas e as relações de gênero no cotidiano dos participantes de um grupo reflexivo para homens, que foram encaminhados pela vara especializada de violência doméstica e familiar contra a mulher. Compartilho a experiência enquanto psicóloga e pesquisadora do Serviço Reflexivo (SER), que, por sua vez, tem como base as Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, além da Lei nº 11.340. O aporte teórico-epistemológico empregado é a perspectiva do construcionismo social sobre as práticas discursivas e a produção de sentidos no cotidiano das interações sociais. Sendo as práticas discursivas compostas pelos diferentes meios utilizados pelas pessoas, que através dos discursos criam realidades psicológicas e sociais, ao trabalhar com práticas discursivas o objetivo não foi às estruturas usuais de associação de conteúdo e sim a fluidez e os contextos dos sentidos. Considerando isso, as vivências no grupo do projeto SER exemplificam como as práticas discursivas mantêm ou não eventos, práticas sociais, relações de poder dominantes que selecionam e dispõem os enunciados. Revelando a linguagem como um importante articulador. Em conclusão, espera-se, além das contribuições científicas, que ao proporcionar processos de sensibilização, produção, circulação, atualização de repertórios linguísticos, sobre a violência de gênero e outros temas, o homem participante desnaturalize os atos, crenças, experiências, possibilitando a promoção de reflexões e mudanças nas suas relações cotidianas.

Palavras-chave: Violência, Educação, Discursos, Masculinidades, Relações.

INTRODUÇÃO

Verifica-se que as construções históricas e sociais sobre gênero influenciam significativamente a violência contra a mulher, sendo que as relações de poder presentes nos papéis de gênero colocam a mulher em uma posição inferior ao homem e naturalizam o poder do homem sobre ela. Conforme Scott (2017), o gênero é um elemento constitutivo

¹ Pós-Graduanda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, carolaine.camargo@aluno.ufr.edu.br;

² Professor orientador: Doutor em Psicologia Social e Docente do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, george@ufr.edu.br;

de relações sociais alicerçado sobre as diferenças entre os sexos e é a primeira forma de significação das relações de poder.

Scott (2017) argumenta que o conceito de gênero, enquanto uma caracterização fundamentalmente social, se apresenta como uma oposição ao determinismo biológico, que, por sua vez, compreende as diferenças sexuais de modo engessado e dual. Para a autora, o gênero evidencia a construção de desigualdades binárias e a necessidade da luta contra padrões consolidados. Portella (2020) descreve a violência como uma ferramenta utilizada para estabelecer a superioridade masculina e manter os lugares impostos às mulheres.

Tendo em vista que a violência contra mulher é um fenômeno intrincado nas linhas do tecido social e se expressa de modo diverso, no contexto brasileiro, um importante marco é a promulgação da Lei n. 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, a qual destaca a relação de gênero, visto que compreende o aspecto histórico constituinte da violência contra a mulher, devido ao patriarcalismo. A lei também define cinco tipos de violência contra a mulher: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral (BRASIL, 2006).

Antes da promulgação da Lei n. 11.340/2006, não havia reconhecimento significativo da importância do debate e das ações voltadas aos homens autores de violência. Atualmente, seus artigos 35 e 45 amparam a institucionalização dos serviços de educação e reabilitação para homens autores de violência, objetivando atividades reflexivas, educativas e pedagógicas. A promoção de intervenções educativas de cunho reflexivo com homens autuados na Lei Maria da Penha colabora com o rompimento da transgeracionalidade da violência, gerando espaços de socialização, educação e reflexão.

No cenário brasileiro, os Grupos Reflexivos com homens autores de violência contra a mulher ainda são uma prática em desenvolvimento. No entanto, há ações com resultados significativos que possibilitam vislumbrar avanços na prevenção e enfrentamento da violência de gênero (Lima et al., 2020; Beiras & Bronz, 2016). Estudos recentes indicam que esses grupos têm potencial para promover mudanças nas concepções e comportamentos dos participantes, contribuindo para a redução da reincidência da violência (Billand & Paiva, 2017; Paixão et al., 2018).

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar as práticas discursivas nas relações de gênero dos homens participantes de um grupo reflexivo encaminhados

pela vara especializada de violência doméstica e familiar contra a mulher do município de Rondonópolis-MT. Esta pesquisa busca contribuir para o campo de estudos sobre intervenções com homens autores de violência, explorando como as práticas discursivas podem influenciar a construção e reconstrução das masculinidades; das relações de gênero no contexto desses grupos reflexivos; e como os discursos desses homens refletem, perpetuam ou desafiam as estruturas de poder que sustentam a violência de gênero.

Metodologicamente, este estudo se baseia em uma abordagem qualitativa (Minayo, 2014), que se inicia com uma revisão de literatura; no segundo momento, ocorre a coleta em campo; e por último a análise dos dados por meio da interpretação e descrição da análise de conteúdo dos diários de campo e a identificação dos principais temas presentes nas narrativas dos participantes. Esta abordagem metodológica permite uma compreensão aprofundada das experiências e percepções dos participantes, bem como a identificação de padrões e temas recorrentes em suas narrativas (Spink & Lima, 2013).

Adianto que os resultados preliminares sugerem que os participantes demonstram alterações nos padrões masculinos; reconhecimento dos fatores psicossociais na construção da masculinidade hegemônica; refletem sobre as práticas violentas utilizadas para vitimar e oprimir as mulheres cotidianamente; e que alguns mantêm uma masculinidade opressora, como forma de defesa da posição de domínio e poder. Espera-se que este estudo contribua para a compreensão das práticas discursivas que perpetuam ou desafiam a violência de gênero, fornecendo insights valiosos para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes com homens autores de violência; lançar luz sobre como as práticas discursivas em grupos reflexivos podem contribuir para a desconstrução de padrões de masculinidade tóxica e para a promoção de relações de gênero mais equitativas, colaborando assim para o enfrentamento da violência contra a mulher.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa se desenvolveu por meio de três etapas: revisão de literatura, pesquisa de campo e análise de dados. Na primeira etapa ocorreu uma revisão de literatura sobre masculinidades, violência de gênero e grupos reflexivos para homens autores de violência. As bases de dados utilizadas foram Scielo, Periódicos Capes, Lexml e PePSIC – Periódicos Eletrônicos Virtuais. As obras selecionadas se alinham aos

objetivos da investigação e foram submetidas a um processo de catalogação, fichamento, análise e discussão, fundamentado no referencial teórico da psicologia social e do construcionismo social (Spink, 2010; Gergen & Gergen, 2010). Esta abordagem permitiu uma compreensão aprofundada do estado atual do conhecimento sobre o tema, bem como a identificação de lacunas e oportunidades de pesquisa (Vosgerau & Romanowski, 2014).

Na pesquisa de campo os dados foram coletados durante a realização dos grupos reflexivos de homens autores de violência contra mulher (Beiras & Bronz, 2016). A referida intervenção grupal, estruturada em 10 encontros por grupo, com a presença de 7 a 10 homens, é ofertada, semanalmente, pelo Serviço de Educação e Reflexão para Homens Autores de Violência Contra Mulheres no Âmbito Doméstico e Familiar (SER). Este serviço é responsável por proporcionar um espaço reflexivo aos homens encaminhados pelo Poder Judiciário, que cometeram crimes tipificados na Lei Maria da Penha. O SER é operacionalizado pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis e tem como base as Diretrizes dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (Brasil, 2008).

Por último, a verificação ocorreu por meio da interpretação e descrição da análise de conteúdo dos diários de campo, que possuem um resumo, obedecendo à sequência e organizados por unidades de sentido e tempo de história, dos temas sobre os quais os participantes compartilharam nos grupos (Spink; Menegon, 2005). Esta forma sintética ajudará a entender as temáticas mais relevantes consoantes com os objetivos propostos neste trabalho.

É importante ressaltar que, na realização da pesquisa, serão observados todos os procedimentos formais exigidos pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, e da Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016 (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Gergen (2009), o construcionismo social conceitua o discurso sobre o mundo como um produto de intercâmbio social. Ele destaca que a pesquisa construcionista tem por objetivo compreender como as pessoas expressam, percebem e experienciam o mundo. É uma perspectiva crítica em Psicologia Social, que apresenta os

processos de institucionalização dos acontecimentos considerados essencializados; pontua a relevância das análises das práticas discursivas e a capacidade provocadora da linguagem; e indica que as práticas discursivas mantêm ou não eventos e relações de poder dominantes que selecionam e dispõem os enunciados. Os sentidos são produzidos no cotidiano das interações sociais por via das práticas discursivas, sendo a linguagem um importante articulador. As práticas discursivas são compostas pelos diferentes meios utilizados pelas pessoas que, através dos discursos, criam realidades psicológicas e sociais.

Spink (2010) aborda que seus elementos constitutivos são a dinâmica, as formas e os conteúdos, formando repertórios linguísticos. A autora define repertórios como os termos, lugares comuns, conceitos e figuras de linguagem que sinalizam as possibilidades de construções de sentidos. Estes são entidades teóricas mais fluidas e flexíveis do que representações teóricas, pois ao trabalhar com práticas discursivas o objetivo não são as estruturas usuais de associação de conteúdo e sim a fluidez e contextos dos sentidos.

De acordo com Spink, partindo das teorizações de Bakhtin, as duas unidades básicas de Linguagem são a sentença, um pensamento relativamente completo que se relaciona com outros pensamentos de um único locutor em um mesmo enunciado; e a palavra, constituída por três dimensões: Palavra Neutra da linguagem, a palavra dicionarizada; a Palavra do Outro, preenchida por ecos dos enunciados dos outros; e a Minha Palavra, utilizada em um plano específico. A interação entre as três denomina-se Interanimação Dialógica. Já a unidade básica da comunicação é o enunciado, que se inicia na pergunta de alguém e finda na fala do outro, sendo considerado o elo na cadeia de comunicação e possuindo como características as fronteiras, mudança de locutor; o endereçamento, o enunciado é uma resposta ao enunciado precedente; e os gêneros de fala, que são as formas relativamente típicas e estáveis de fala que geram o material compartilhado, possibilitando a comunicação.

Um dos aspectos importantes sobre os repertórios é que eles não são aprendidos formalmente e possuem longa história. Spink propõe um esquema temporal tríplice: Tempo Longo, que contempla a longa história da circulação de repertórios linguísticos na sociedade e sua presença independente das condições de sua produção; Tempo Vivido, que aborda o tempo e contextos de socialização; e Tempo Curto, período das interações que nos permite entender a dinâmica da produção de sentidos. Segundo Spink (2010), outra noção importante para análise da produção de sentidos é o posicionamento, que

representa o passeio pelas diversas narrativas que tivemos contato e que estão articuladas nas práticas discursivas. Ele é o processo discursivo em que os *selves* são postos como participantes observáveis e subjetivamente ligados em linhas de histórias conjuntamente produzidas em determinados contextos.

Para enriquecer mais a análise, também podemos ponderar a partir do aparato teórico construído por Paulo Freire sobre a noção de Comunicação como uma situação social na qual as pessoas, conjuntamente, criam, transformam e humanizam o mundo. Instituída no diálogo, na interação entre pessoas livres e em condições de igualdade que promoverão a construção de um pensamento-linguagem formado na relação dialética entre a pessoa e sua realidade histórica e cultural:

Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre a linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer outro discurso autoritário, exige ou coloca a necessidade de, concomitantemente como o novo discurso, democrático, anti-discriminatória, nos engajarmos em práticas também democráticas (FREIRE, 2003, p. 68).

É necessário identificar e insurgir noções cristalizadas sobre os papéis de gênero; jogos discursivos machistas e patriarcais; além de fomentar novos modelos e discursos de masculinidades não violentas.

Vale destacar que com o movimento feminista as concepções acerca do sexo para além da ordem natural e biológica, ocorreu a qualificação e a investigação das questões envolvendo o tema. Por conseguinte, desconstruiu a noção de que a violência contra a mulher ocorria devido a aspectos essencializados na masculinidade e na feminilidade. O movimento feminista não só contesta as estruturas políticas e econômicas, como também aprofunda nas problemáticas envolvendo os aspectos culturais. A partir da perspectiva de gênero, entendeu-se que a violência contra a mulher é motivada pelas expressões de desigualdades da condição de sexo, ou seja, se manifesta pela alteridade.

No percurso histórico foi reforçador e permitido aos homens comportamentos agressivos, violentos e uma masculinidade ancorada no machismo institucionalizado. De acordo com Zanello (2020), os homens constroem acordos entre si para reconhecerem as reivindicações uns dos outros e se apoiarem. Medrado & Lyra (2008) sinalizam a importância de questionar os efeitos da produção de masculinidades opressoras nas

práticas de violência contra mulheres e a necessidade de promover a construção de masculinidades não violentas, objetivando respeito às mulheres e relações baseadas na equidade de gênero, ao mesmo tempo seguindo com a prevenção e o enfrentamento da violência contra às mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do trabalho são um recorte de uma pesquisa em andamento e baseados no conteúdo prévio apresentado em vivências da pesquisadora enquanto psicóloga mediadora do grupo reflexivo e mestranda. Logo, é esperado que do presente momento até o findar da pesquisa os dados coletados passem por mudanças; novas aquisições; alterações na estruturação da pesquisa; adaptação do manejo científico e da relação entre pesquisadora e participantes.

Posto isso, partindo do posicionamento que as práticas discursivas é como as pessoas produzem sentidos e se situam nas relações sociais cotidianamente, ou seja, é a linguagem em ação (Spink; Medrado, 2004); são atravessadas por relações de poder e disputas; se concretizando nas falas, formas e conteúdos (Sampaio, 2013) a escolha por utilizar as práticas discursivas como elemento facilitador da análise objetivou a defesa de um posicionamento crítico, ético e questionador das conceituações naturalizadas socialmente.

Neste trabalho uma importante verificação, já sinalizada pela literatura científica, é que os grupos reflexivos para homens autores de violência promovem educação, psicoeducação e trazem à consciência os atos, crenças, experiências que permeiam o cotidiano, possibilitando a promoção de reflexões e mudanças sociais. Esses grupos permitem que os homens compartilhem sua versão dos episódios de violência, suas motivações, proporcionando processos de sensibilização, produção, circulação, atualização de repertórios linguísticos sobre a violência de gênero e outros temas.

Os resultados preliminares indicam que os homens participantes demonstram e relatam: os efeitos das alterações nos padrões masculinos, um exemplo elencado foi sobre como eles passaram a perceber a necessidade de mudanças comportamentais com suas novas companheiras ou com as demais mulheres que integram o cotidiano deles. A dificuldade na assimilação sobre como os homens também sofrem com o mesmo sistema

que os privilegia e dá poder, exigindo em vários encontros a necessidade de pontuar sobre os efeitos negativos da masculinidade hegemônica no histórico individual de cada um deles.

Outras questões são, o reconhecimento da construção social de seus privilégios, como a liberdade sexual, financeira e paternidade; o enredamento em compreender a relação entre as opressões individuais e as opressões das estruturas sociais; problematização da intergeracionalidade da violência, ou seja, reconhecimento das formas como a violação de direitos foi repassada entre as gerações de cada família. Sendo assim, os participantes percebem que certos comportamentos violentos foram aprendidos e naturalizados no próprio ambiente familiar. Alguns assumem a preocupação em interromper o ciclo intergeracional da violência na criação de seus filhos.

O discernimento e conscientização sobre os atos de violência e seus efeitos individuais e coletivos. Nos primeiros encontros do grupo reflexivo, os homens discorreram sobre como as denúncias são injustas e defenderam que não foram autores de atos violentos, pois, a maioria deles, considera que violência contra mulher é somente violência física, desconsiderando as demais formas de violência. Eles afirmam que a participação no grupo é uma punição resultante de uma injustiça, mesmo considerando o grupo uma experiência positiva.

Com isso, nota-se um certo sentimento de cumplicidade entre eles e a elaboração de justificativas para as ações machistas, atribuindo a culpa as mulheres denunciantes. Esse posicionamento, em alguns momentos, é acompanhado pelo discurso sobre a naturalidade da superioridade masculina e o domínio sobre as mulheres. Conforme Zanello (2020), esse pacto masculino faz com que os homens criem espaços de autopreservação e autodefesa entre eles, contribuindo com a legitimação das práticas machistas, oriundas da masculinidade ideal. Ao decorrer das atividades do grupo reflexivo, os profissionais mediadores precisaram elaborar intervenções que não reforçassem o grupo como um espaço de manutenção do pacto masculino, visto que os grupos reflexivos são um espaço de estimulação de mudanças, com caráter conscientizador da responsabilidade dos atos praticados.

A efetividade foi devidamente constatada, em virtude de que ao decorrer dos encontros os homens participantes apresentaram o desenvolvimento da conscientização, aprendizagem alterações discursivas e comportamentais nas suas interações com as

mulheres no dia a dia. O que está de acordo com os temas estudados sobre os grupos reflexivos para homens autores de violência. Também é perceptível que alguns homens, minoria dos participantes, persistem com práticas discursivas de uma masculinidade opressora, que busca novas formas violentas para manter a dominância, um sinal de como a construção das masculinidades se situa em disputas políticas e ideológicas.

A masculinidade se faz e se refaz historicamente dentro das relações sociais, salientando que o diálogo é um elemento transformador nas relações de gênero. Freire considera a linguagem como sinalizadora do machismo e fundamental à mudança dos cenários que discriminam as mulheres e ao fim de práticas conservadoras, contrárias ao posicionamento progressista. Ele não a considera como a única responsável pela mudança do mundo, entretanto como um dos estágios na construção de relações com equidade e democráticas.

A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. Por isso mesmo, ao escrever ou falar uma linguagem não mais colonial eu o faço não para agradar as mulheres ou desagradar os homens, mas para ser coerente com a minha opção por aquele mundo menos malvado de que falei antes (Freire, 2003, p. 68).

O processo de desconstrução de padrões masculinos opressores é complexo e não linear, requerendo intervenções contínuas e aprofundadas. Seguindo com Lima e Freire (2021), uma questão fundamental, no processo educativo e político, é a compreensão sobre contra quem e contra o que a atividade política é desenvolvida. Considerando a violência de gênero como um efeito colateral de um sistema econômico que nos diferencia para obter maior lucro, é necessário buscar estratégias para construção de novas masculinidades baseadas em princípios educativos dialógicos e transformadores. Importante ressaltar que o ato de educar é substancialmente um ato político.

Por fim, apesar dos resultados promissores, a principal limitação do estudo se apresenta na dificuldade em explorar a diversidade dos temas transversais às masculinidades. Isso ocorre devido fatores metodológicos, institucionais e burocráticos. À vista disso, futuras pesquisas poderiam explorar: o impacto a longo prazo dos grupos reflexivos na redução da reincidência de violência; a influência das práticas discursivas dos facilitadores dos grupos na mudança dos participantes; os processos discursivos e as

dinâmicas de mudança que ocorrem nesses espaços; a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social nas experiências dos participantes dos grupos reflexivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, ainda em andamento, busca compreender as práticas discursivas em um grupo reflexivo para homens encaminhados pela vara especializada de violência doméstica e familiar contra a mulher no município de Rondonópolis-MT. Os resultados preliminares sugerem que: 1. Os grupos reflexivos têm potencial para promover mudanças significativas nas concepções e práticas dos participantes em relação à violência de gênero; 2. O processo de desconstrução de padrões masculinos opressores é complexo e não linear, requerendo intervenções contínuas e aprofundadas; 3. A análise das práticas discursivas oferece insights valiosos sobre como os participantes constroem e reconstróem suas identidades e relações de gênero.

As implicações deste estudo para a comunidade científica e para a prática profissional incluem: a necessidade de abordagens multidisciplinares no enfrentamento da violência de gênero; a importância de considerar o contexto sociocultural na elaboração de intervenções com homens autores de violência; o potencial transformador do diálogo e da reflexão crítica nos processos de mudança comportamental.

Concluimos que, embora desafiador, o trabalho com homens autores de violência através de grupos reflexivos representa uma importante estratégia na prevenção e enfrentamento da violência de gênero. A continuidade desta pesquisa promete fornecer contribuições significativas para o aprimoramento dessas intervenções e para uma compreensão mais profunda dos processos de mudança nas relações de gênero.

REFERÊNCIAS

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BILLAND, J.; PAIVA, V. S. F. Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2979-2988, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. **Diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor**. Brasília: SPM, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Interthesis**, v. 6, n. 1, p. 299-325, 2009.

GERGEN, M. M.; GERGEN, K. J. **Construcionismo social: um convite ao diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 79-108.

LIMA, D. C. et al. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 1, e180298, 2020.

MEDRADO, B.; LYRA, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, 16, 809-840.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PAIXÃO, G. P. N. et al. Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 1, e2900016, 2018.

PORTELLA, A. P. **Como morre uma mulher?** Recife: Ed. UFPE, 2020.

SAMPAIO, Juliana Vieira. Dispositivo da sexualidade e saúde para transgêneros nas trilhas de Fortaleza. **Anais... FAZENDO GÊNERO 10**, Florianópolis, SC, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 2017.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 71-99.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. In: IÑIGUEZ,

L. (Org.) **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 258-303.

SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

ZANELLO, V. (2020). Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de whatsapp masculinos no Brasil. In: Ferreira, L. (Org.). (2020). **Gênero em perspectiva**. CRV. (vol 1). 79- 102.